UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MARIA EDUARDA LOPES SOARES
WENDER CARLOS DONIZETE DE OLIVEIRA

A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NA SEGURANÇA PÚBLICA: UM ESTUDO SOBRE OS ESTIGMAS E AS DINÂMICAS DE SAÚDE MENTAL NA PMMG

BELO HORIZONTE
2026

A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NA SEGURANÇA PÚBLICA: UM ESTUDO SOBRE OS ESTIGMAS E AS DINÂMICAS DE SAÚDE MENTAL NA PMMG

Maria Eduarda Lopes Soares
Wender Carlos Donizete de Oliveira
Professor orientador: Dr. Francesco Napoli

RESUMO

O presente artigo analisa a atuação da Psicologia Institucional na Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), com ênfase nos processos de acompanhamento psicológico, nos estigmas relacionados à saúde mental e nas tensões entre cuidado e avaliação institucional. Fundamentado nas contribuições de José Bleger, especialmente no conceito de psicohigiene, o estudo adota abordagem qualitativa, articulando observação participante, relato etnográfico e análise das práticas institucionais. A pesquisa parte da experiência de um dos autores durante uma avaliação psicológica realizada na Seção de Atenção à Saúde do 22º Batalhão da PMMG, examinando o ambiente físico, as relações hierárquicas, os procedimentos de avaliação e as percepções do militar diante do atendimento. A análise destaca a dupla função da Psicologia no contexto da corporação, que envolve tanto ações de promoção e prevenção em saúde mental quanto procedimentos de avaliação de aptidão profissional. Discute-se como a cultura institucional, o receio de sanções administrativas e o temor de restrições operacionais podem contribuir para a resistência à procura por apoio psicológico. Os resultados apontam a importância de fortalecer práticas preventivas, preservar o sigilo profissional e ampliar a compreensão do cuidado psicológico para além das exigências burocráticas. Conclui-se que a Psicologia Institucional pode contribuir para a humanização das relações na segurança pública, favorecendo o reconhecimento das vulnerabilidades dos profissionais e a construção de estratégias de promoção da saúde mental no ambiente militar.

Palavras-chave: Psicologia Institucional; Segurança Pública; Saúde Mental; Psicohigiene.

1 INTRODUÇÃO

A segurança pública constitui um dos pilares fundamentais para a manutenção da ordem democrática e a garantia dos direitos fundamentais na sociedade. No cenário do Estado de Minas Gerais, a Polícia Militar (PMMG), instituição bicentenária, assume a responsabilidade constitucional de executar o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública. Contudo, a natureza intrínseca da atividade policial impõe aos seus integrantes uma exposição contínua a fatores de alto estresse, riscos iminentes e cargas psíquicas

elevadas. Diante dessa realidade, a atuação da psicologia institucional emerge não apenas como um mecanismo de seleção, mas como um fator crítico para a manutenção da saúde mental e da eficácia operacional do efetivo. Este artigo tem como objetivo analisar as dinâmicas de saúde mental, os processos de acompanhamento psicológico e as barreiras culturais existentes na PMMG sob a ótica da psicohigiene de José Bleger. Busca-se compreender, a partir da ótica institucional, como os estigmas em torno da psicologia afetam a saúde coletiva e a subjetividade do policial militar no cotidiano da corporação.

2 METODOLOGIA

Para a realização deste estudo, adotou-se uma abordagem qualitativa baseada no relato de vivência e na observação participante. A escolha desse percurso justifica-se pela inserção cotidiana e pelo lugar de fala do próprio pesquisador no ambiente corporativo da Polícia Militar de Minas Gerais. Essa imersão permitiu a observação direta das dinâmicas institucionais e o registro das vivências em diário de campo, superando as tradicionais barreiras burocráticas e de acesso a dados em instituições de segurança pública. Como instrumento de orientação e norteamento ético, utilizouse o roteiro de entrevista semiestruturada proposto pelo Projeto de Extensão da disciplina de Psicologia Institucional Comunitária. A análise dos dados foi realizada de maneira discursiva, confrontando a realidade factual vivenciada no cotidiano do batalhão com o arcabouço normativo da instituição e as bases teóricas da psicologia institucional.

Como escolha metodológica e de orientação ética, destaca-se que foi realizada uma descrição etnográfica de uma experiência vivida pelo próprio pesquisador dentro da corporação. Essa opção exige explicitar a sua dupla posição na pesquisa: trata-se, simultaneamente, do militar que vivenciou a experiência e a ansiedade do atendimento e do pesquisador que, posteriormente, afasta-se da cena para transformá-la em objeto de investigação. Essa transição e reflexão sobre a própria

implicação institucional evitam o viés puramente subjetivo e permitem fundamentar cientificamente a experiência real vivida na caserna.

3 DESENVOLVIMENTO

Na PMMG, oficiais psicólogos realizam avaliações periódicas com o objetivo de aferir as condições mentais dos militares para o serviço ostensivo e para o ingresso em cursos internos da corporação.

A atividade policial impõe um alto nível de estresse aos militares, exigindo atenção constante ao entorno durante os turnos de trabalho. Essa rotina desgastante pode desencadear transtornos mentais e psicológicos nesses profissionais. Nesse cenário, os psicólogos da corporação desempenham um papel fundamental: atuam na identificação precoce dessas demandas e no tratamento humanizado de cada caso. Não são raras as ocorrências de alta complexidade — como trocas de tiros, acidentes com vítimas fatais e desastres — que, de forma acumulada, comprometem a saúde mental do efetivo. Assim, o suporte psicológico torna-se indispensável para auxiliar os militares no enfrentamento desses traumas e na manutenção do equilíbrio emocional.

Na instituição, os psicólogos têm como missão realizar o acompanhamento contínuo dos militares. Anualmente, todo o efetivo passa pelo PSOPM (Programa de Saúde Ocupacional do Policial Militar), que inclui avaliações médicas, odontológicas e psicológicas. Durante essa etapa, o psicólogo realiza uma entrevista clínica para identificar possíveis sinais de alerta na saúde mental do indivíduo. Caso seja detectada a necessidade de suporte individualizado, o profissional orienta o militar a buscar atendimento psicoterapêutico ou psiquiátrico na rede credenciada. Além da assistência direta, a psicologia institucional também desenvolve palestras e projetos voltados à promoção do bem-estar e à prevenção em saúde mental.

A práxis da psicologia no âmbito da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) é estruturada por um denso arcabouço normativo interno que visa garantir a higidez mental do efetivo. Legalmente, o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais institui a obrigatoriedade dos exames psicológicos para o ingresso e progressão na carreira (MINAS GERAIS, 1969). Operacionalmente, essa atenção é viabilizada pelo Programa de Saúde Ocupacional do Policial Militar (PSOPM), responsável por regulamentar o acompanhamento preventivo periódico dos militares. Ademais, as demandas periciais e avaliações de aptidão para o serviço ativo e processos de reforma são disciplinadas pela Resolução Conjunta nº 5.329/2023 (MINAS GERAIS, 2023), enquanto as ações focadas na autoproteção e preservação da vida encontram respaldo na Diretriz de Segurança para o Emprego Operacional (MINAS GERAIS, 2024).

Concomitantemente às diretrizes da corporação, os oficiais psicólogos subordinam-se rigorosamente às deliberações éticas e técnicas do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Os processos seletivos e exames de aptidão para cursos internos alinham-se aos critérios da Resolução CFP nº 02/2016 (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2016). Já a prática da avaliação psicológica e a validação dos instrumentos psicométricos utilizados no cotidiano

institucional seguem as exigências da Resolução CFP nº 09/2018 e do SATEPSI (CONSELHO FEDERAL DE

PSICOLOGIA, 2018). Sobretudo, a atuação clínica e pericial permanece restrita aos preceitos éticos de sigilo e conduta profissional emanados pelo Conselho de Ética Profissional do Psicólogo (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005).

Sob a perspectiva teórico-conceitual, o modelo de assistência psicológica na PMMG afasta-se de uma abordagem puramente tecnicista e seletiva para se consolidar em uma perspectiva integrada de Saúde Mental e Qualidade de Vida no Trabalho (QVT). Esse direcionamento coaduna-se com as Referências Técnicas do CREPOP voltadas para a segurança pública, que preconizam uma atuação humanizada e contextualizada (CENTRO DE REFERÊNCIA EM LEIS E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2016). Fundamentando a compreensão do adoecimento psíquico do policial, a literatura sobre psicodinâmica do trabalho, estresse ocupacional e saúde coletiva subsidia a análise do impacto de ocorrências de alta complexidade na saúde mental do efetivo (MINAYO; SOUZA, 2005; DEJOURS, 1992). Por fim, o suporte a setores especializados absorve as contribuições teóricas da psicologia da aviação e hospitalar, atendendo às especificidades do Batalhão de Operações Aéreas e do Hospital da Polícia Militar (BARBARINO, 2006; CHIATTONE, 2000; SOARES,1997).

Para além da análise da psicodinâmica do trabalho, a compreensão do papel do psicólogo na PMMG ganha sustentação teórica no conceito de psicohigiene, proposto por José Bleger. Segundo o autor, a atuação do psicólogo institucional não deve se restringir à abordagem terapêutica puramente individualizada e curativa de quem já manifesta transtornos. Pelo contrário, o foco da psicohigiene reside na profilaxia, na prevenção e na promoção da saúde mental por meio da compreensão do entorno e dos elementos que estruturam a instituição.

Nesse sentido, as avaliações periódicas e o Programa de Saúde Ocupacional do Policial Militar (PSOPM) aproximam-se desse ideal de psicohigiene ao buscarem uma atuação contínua de cuidado coletivo. Contudo, essa prática preventiva enfrenta obstáculos nos estigmas arraigados na cultura militar, em que o suporte psicológico é frequentemente confundido com uma ação fiscalizatória ou punitiva. O olhar da psicohigiene permite destrinchar essas barreiras, deslocando o foco da doença para a modificação das dinâmicas institucionais que geram o adoecimento e o distanciamento do efetivo em relação aos cuidados com a saúde mental.

3.1 Relato etnográfico de uma experiência de atendimento psicológico na PMMG

No dia 21 de outubro de 2025, às 09h50, compareci à Seção de Atenção à Saúde (SAS) do 22º Batalhão para uma consulta agendada. Adentrei as dependências do batalhão pelo corpo da guarda, onde se encontravam três militares de sentinela. Cumprimentei-os e segui por um corredor comprido, com cerca de 30 metros de extensão, até chegar à porta de vidro que dá acesso ao interior da SAS. Ao entrar, dirigi-me à recepção, onde fui atendido por uma policial militar. Ela me entregou uma prancheta de madeira com uma folha impressa de controle de horários, a qual assinei antes de me sentar.

A sala de espera continha três longarinas cinzas com estrutura preta, totalizando nove assentos de metal. Na parede frontal, uma televisão exibia vídeos institucionais da

corporação. Abaixo do aparelho, havia uma mesa com um computador e uma cadeira de escritório, que permanecia vazia.

Às 10h00, a psicóloga da unidade, vestindo o fardamento oficial branco de oficial de saúde da Polícia Militar, chamou-me pelo nome. Caminhamos por um corredor estreito até o seu consultório. A sala continha um aparelho de ar-condicionado ligado, um arquivo de metal posicionado em frente à porta e uma mesa de madeira disposta no centro do cômodo. Sobre a mesa, havia um computador, uma agenda e uma caneta. A profissional sentou-se em uma cadeira idêntica às da sala de espera, posicionandose do outro lado da mesa.

A consulta iniciou-se com a profissional perguntando como eu estava. Respondi que estava bem, mas um pouco ansioso. Ela questionou se a ansiedade decorria da avaliação para o Curso de Formação de Instrutores do Proerd. Confirmei e relato que realizar o curso era um desejo pessoal desde o ano de 2012. Em seguida, ela perguntou o que eu esperava da formação. Expliquei que desejava compreender o funcionamento prático do programa e aprender metodologias de ensino para crianças.

A psicóloga perguntou como eu lidaria com a rotina de dedicação exclusiva e o regime de internato de 15 dias. Respondi que a dinâmica familiar já havia sido alinhada previamente com minha esposa e meus filhos. Indagado sobre as motivações para ser instrutor, citei a disciplina, a crença no programa e a intenção de atuar na prevenção social com jovens.

A profissional me perguntou se eu já possuía experiência prévia com esse público. Relatei que, antes de ingressar na Polícia Militar, havia trabalhado como professor de teatro para crianças e adolescentes e que considerava essa bagagem útil para as aulas do Proerd. Neste momento, a psicóloga sorriu e disse: “É mesmo?”.

Durante toda a interação, a profissional realizou anotações manuais em um formulário impresso em papel branco. A atividade durou cerca de 15 minutos. Ao final, ela informou que eu estava liberado. Despedi-me, levantei-me e refiz o percurso de volta: passei pelo corredor,

sala de espera, recepção, cruzei a porta de vidro da SAS e retornei pelo corredor interno do batalhão.

3.2 O enquadre institucional e a psicohigiene em José Bleger

Ao analisar o relato etnográfico da consulta na Seção de Atenção à Saúde (SAS), evidencia-se o que José Bleger define como a complexidade do papel do psicólogo quando inserido em uma organização fortemente hierarquizada. A caminhada inicial do pesquisador — atravessando o corpo da guarda com três militares de sentinela e percorrendo o corredor de 30 metros — não é um mero deslocamento espacial, mas a introdução do sujeito no enquadre (setting) institucional. Para Bleger, as instituições tendem a fixar e estereotipar os comportamentos para manter sua própria identidade e estabilidade. Esse território altamente militarizado e vigiado atua sobre os corpos, antecipando as expectativas de conduta disciplinar antes mesmo do ingresso no espaço estritamente clínico da SAS. Como ritual de transição, o corpo do pesquisador/militar é condicionado pela disciplina da caserna antes mesmo de se tornar o paciente/avaliado.

Essa rigidez materializa-se no consultório através da disposição espacial e dos símbolos de poder, como a mesa central que funciona como barreira e o fardamento branco da psicóloga. Segundo a perspectiva da psicohigiene de Bleger, o psicólogo institucional corre o risco constante de ser "absorvido" pela dinâmica da própria organização, atuando como uma engrenagem de controle e manutenção da ordem interna, em vez de um promotor de saúde. A farda oficial da profissional condensa uma dupla autoridade: o saber técnico da psicologia e o poder legal da oficialidade militar. Essa sobreposição tenciona o enquadre terapêutico tradicional. O militar avaliado reconhece que o registro manuscrito de suas respostas em uma folha branca não atende apenas a um prontuário clínico sigiloso, mas serve como um instrumento de triagem institucional que determinará sua aptidão para o Curso de Formação de Instrutores do Proerd. Desse modo, o espaço da SAS se apresenta fisicamente como uma clínica, mas o rito obrigatório de assinar a folha de horários na recepção funciona como a "prova de cumprimento de uma determinação legal/militar", onde as longarinas e a mesa de madeira atuam como mediações materiais dessa burocracia e barreiras físicas que delimitam os papéis.

Dessa forma, o atendimento psicológico na PMMG emerge em uma tensão dialética fundamental: ele opera simultaneamente como possibilidade de cuidado e como procedimento de avaliação institucional. Bleger aponta que a eficácia da psicohigiene reside na capacidade do profissional de não se submeter cegamente às demandas de controle da instituição. No

relato, essa fresta no enquadre burocrático e defensivo manifesta-se no momento espontâneo em que o pesquisador menciona sua bagagem com o teatro infantil. O sorriso e a quebra da postura séria da psicóloga representam uma suspensão temporária da rigidez institucional. É o momento de ruptura do protocolo em que a dimensão humana e o sujeito emergem por trás dos papéis prescritos de avaliador/oficial e avaliado/subordinado, estabelecendo uma conexão mais humana.

3.3 Entre o cuidado e a avaliação: a dupla posição do sujeito e os estigmas institucionais

A partir do enquadre institucional analisado, emerge uma tensão dialética fundamental no cotidiano da PMMG: o atendimento psicológico opera, simultaneamente, como uma possibilidade de cuidado e como um procedimento de avaliação institucional. O militar que busca ou cumpre a determinação de comparecer à SAS reconhece que o registro manuscrito de suas respostas em uma folha branca servirá como um instrumento de triagem e aferição de aptidão técnica (neste caso, para o Curso de Formação de Instrutores do Proerd). Essa ambiguidade de funções institucionais alimenta os estigmas arraigados na cultura militar, em que o suporte psicológico é frequentemente confundido com uma ação fiscalizatória ou punitiva que pode culminar em sanções operacionais ou no desencadeamento de restrições administrativas.

Essa dinâmica exige uma reflexão rigorosa sobre a implicação institucional do pesquisador. Manifesta-se aqui uma dupla posição metodológica: o pesquisador é o militar inserido na hierarquia que vivenciou a ansiedade e os constrangimentos da avaliação na própria pele e, simultaneamente, o cientista social que se afasta da cena para transformá-la em objeto de estudo. Essa dupla inserção não invalida a pesquisa;

pelo contrário, permite que a teoria opere como um instrumento de análise de uma realidade vivida por dentro, conferindo densidade ao estudo sem perder a objetividade científica.

Ademais, constata-se a autonomia técnica do profissional de psicologia no ambiente corporativo. A atuação institucional, portanto, transcende o caráter meramente seletivo do ingresso na atividade-fim, consolidando-se no acompanhamento e na manutenção da saúde mental dos profissionais diante da severidade inerente à rotina policial.

Um dos principais óbices à eficácia do apoio psicológico na corporação reside no ceticismo cultural e nas percepções equivocadas de parcela do efetivo. Persistem no ambiente militar mitos de que o psicólogo exerce um papel fiscalizatório subordinado ao comando — violando o sigilo profissional — ou de que qualquer intervenção culminará na perda

compulsória do porte de arma de fogo. Esse estigma gera uma barreira comportamental crítica: sob o temor do desarmamento e de sanções operacionais, os militares tendem a mascarar o sofrimento psíquico e a simular um estado de higidez mental. Consequentemente, essa negação agrava o quadro de adoecimento subjacente e inviabiliza o tratamento precoce de demandas emocionais urgentes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, conclui-se que o cuidado psicológico no contexto da PMMG vai muito além de uma exigência institucional; trata-se de um pilar indispensável para o amparo e a valorização do ser humano por trás da farda. A severidade e as incertezas da rotina na segurança pública — marcadas pelo profundo compromisso de proteger a sociedade mesmo com o risco da própria vida — impõem uma carga emocional silenciosa que exige um olhar atento, sensível e contínuo. Fica evidente que desconstruir os medos culturais e garantir um suporte psicológico acolhedor transcendem a eficiência operacional. Cuidar da saúde mental desses profissionais é, fundamentalmente, reconhecer sua vulnerabilidade e assegurar a dignidade de quem dedica sua vida a proteger o próximo.

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Foi utilizada a ferramenta ChatGPT (OpenAI) como recurso auxiliar na elaboração do resumo acadêmico e na adequação formal deste trabalho às normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A utilização da ferramenta não implica transferência de autoria ou de responsabilidade acadêmica, que permanecem atribuídas aos autores do trabalho.

REFERÊNCIAS

BARBARINO, S. Psicologia da Aviação: uma ciência aplicada. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2006.

BLEGER, José. Psicohigiene e Psicologia Institucional. Tradução de J. de Souza Barros. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM LEIS E POLÍTICAS PÚBLICAS — CREPOP. Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na Política de Segurança Pública. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016.

CHIATTONE, H. B. C. A Psicologia no Hospital Geral. In: ANGERAMI-CAMON, V. A. (Org.). E a Psicologia entrou no Hospital. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2000. p. 1-28.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA — CFP. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília: CFP, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA — CFP. Resolução CFP nº 02/2016. Regulamenta a Avaliação Psicológica em concursos públicos e processos seletivos públicos. Brasília: CFP, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA — CFP. Resolução CFP nº 09/2018. Estabelece diretrizes para a realização de avaliação psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo e regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI). Brasília: CFP, 2018.

DEJOURS, Christophe. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

MINAS GERAIS. Lei nº 5.301, de 16 de outubro de 1969. Contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1969.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Corpo de Bombeiros Militar. Resolução Conjunta nº 5.329, de 5 de dezembro de 2023. Dispõe sobre perícias, licenças e dispensas saúde, além de atividades correlatas desenvolvidas na Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) e no Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG). Belo Horizonte: PMMG/CBMMG, 2023.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando-Geral. Resolução nº 5.383, de 29 de agosto de 2024. Aprova a Diretriz de Segurança para o Emprego Operacional da Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte: Assessoria de Desenvolvimento Organizacional, 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

SOARES, Cláudia Pedrosa. A Psicologia Hospitalar no HPM. Psψcologia: Saúde Mental & Segurança Pública, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 1997.